

A raiz dos males do Estado segundo Thomas Hobbes: a leitura dos antigos

DÉBORA REGINA VOGT*

Nesse artigo, parte constituinte de minha dissertação, apresento a concepção que Hobbes tem da leitura dos antigos em sua obra de história. Com a preocupação constante do Estado ser dissolvido e do homem voltar ao estado de *guerra de todos contra todos*, o pensador procura descortinar os males do estado, representados por aqueles que ameaçam a paz e que pela força da retórica e persuasão podem incitar o homem contra o soberano. Um dos piores males, em sua visão, seriam a leitura dos antigos e a tentativa de reprodução dos modelos do passado na Inglaterra moderna. Sem o antídoto da sólida razão o homem era presa fácil dos pregadores, que trabalhavam para quebrar a soberania, sem preocupar-se com o mal que isso significava, segundo a visão do pensador.

Diferente dos livros tradicionais de Thomas Hobbes, *Behemoth ou o Longo Parlamento* não é uma obra teórica, é um relato sobre a Revolução Inglesa. Escrita no final da vida do pensador, em 1668, ela só teve publicação oficial após a morte do filósofo. Ele queria vê-la publicada, mas, ao pedir autorização a Carlos II, seu ex-aluno, ela foi negada. No entanto, várias cópias ilegais circulavam na Inglaterra, mesmo sem o consentimento do autor (TÖNNIES, 2001, p. 25- 29). A primeira edição só sairia três anos após a morte do filósofo, por seu amigo e editor William Crooke. Foram quatro os manuscritos deixados pelo filósofo, só um recebeu revisão, o de Ferdinand Tönnie, publicado em 1889 e traduzido para o português em 2001 por Eunice Ostrensky.

Nesta obra, Hobbes curiosamente, mas não sem razão, utiliza-se de uma metáfora bíblica. A contraposição ao *Leviatã* é evidente e embora na Bíblia não haja uma clara valorização dele¹ em relação ao *Behemoth*, o filósofo desejava demonstrar aos seus contemporâneos as duas situações em que a sociedade poderia se encontrar. A linguagem bíblica é, neste caso, um vocabulário comum, compartilhado pelos leitores de seu discurso.

*Mestre em história pela UFRGS.

¹Ver Jó 40: 15-24. O *Leviatã* e o *Behemoth* aparecem na Bíblia nos capítulos 40 e 41 do livro de Jó. Enquanto o *Leviatã* é uma espécie de crocodilo ou dragão, representando um monstro marinho, *Behemoth*, o hipopótamo imperturbável, é um monstro terrestre.

Mesmo que Hobbes atacasse com veemência e de modo explícito aqueles que se utilizam da palavra como engano, para levar o povo a se indispor com seu soberano, o pensador usou os mesmos elementos que seus opositores para convencer e persuadir: palavras e jogos de linguagem. Além do próprio título, o livro, assim como outros, é cheio de referências bíblicas. Num ambiente modificado pela reforma e suas consequências, tais como a leitura da Bíblia em vernáculo, o pensador intervêm num debate que se refere aos direitos naturais e a legitimação dos atos políticos através de uma linguagem teológica.

Por um lado, seu texto debate constantemente com personagens como jesuítas, puritanos, luteranos e anglicanos, por meio das referências bíblicas, por outro, Hobbes utiliza-se de outro elemento de persuasão: a referência aos antigos. Eles estão presentes em boa parte de sua narrativa para os mais diversos fins. Assim, se, por um lado, o pensador ataca os oradores sediciosos que se inspiravam na democracia grega, por outro, ele utiliza-se de exemplos da Antiguidade para mostrar como certas estruturas se repetem e mais do que tudo: que o homem se comporta da mesma forma em ambientes semelhantes, pois é movido por suas paixões.

Quarenta anos antes de sua própria narrativa, Hobbes já havia publicado uma obra de história. Na ocasião a obra escolhida foi a *Guerra do Peloponeso* de Tucídides. O intento, conforme diria posteriormente, era alertar seus contemporâneos acerca dos pregadores, fomentadores da rebelião². Com oitenta anos foi a vez de o filósofo tornar-se historiador, já havia presenciado muitos fatos e podia, graças à sabedoria vinda pela idade, apresentar seu parecer sobre a guerra. Semelhante aos primeiros objetivos, aqui novamente seu foco era persuadir os que com ele dividiam o mesmo contexto social. Seu discurso de guerra, desta forma, não pode ser visto como mero relato sem um fim específico. Ele é veículo de ação política, de intervenção. Para Hobbes, a história ensina, tanto a mais contemporânea (no caso, a Revolução Inglesa), como a dos antigos, nossos antecessores. E, conforme afirma no *Leviatã*, melhor governa quem mais conhece a natureza humana³, ou seja, a história

²“[...] mas acima de todos o que mais gostei foi Tucídides. Ele me ensinou quanto insensatez há na democracia e quanto melhor julga um só homem que uma assembléia. Traduzi seus escritos para ensinar aos ingleses a se guardar dos pregadores” (HOBBS, *Escritos autobiográficos*, p. 153).

³Para Hobbes as paixões do homem são semelhantes. Assim, a melhor maneira de conhecer a natureza humana é “ler a si mesmo”. Certamente a história também serviria para tal desígnio também. “[...] Aquele que vai governar

possivelmente nos levaria a compreender nossos impulsos naturais e a melhor maneira de controlá-los⁴ visando à manutenção do estado e da ordem, sabendo que a volta ao estado natural é sempre uma possibilidade latente.

O eixo norteador de minha leitura centra-se não só no uso que Hobbes faz dos antigos ou da Antiguidade em seu texto, mas como esses elementos formam sua percepção de história ou como eles são usados para mostrar ao leitor o que é a história e como ela se configura ao redor do tempo. Seriam as referências aos antigos meros recursos estilísticos ou teriam um fim político? Quando Hobbes escreve um livro sobre história coberto de referências antigas, que público tinha como alvo e que estratégias persuasivas usou para alcançá-lo? Como Hobbes conecta passado e presente e como isso mostra sua concepção e sua relação com a história? Como a análise do particular, da história, se encaixa no universal, na análise do homem como um todo, com sua filosofia?

As respostas a essas questões não são simples ou óbvias, mas a referência constante à Antiguidade em Hobbes tem a função de conectar passado e presente, mostrando a constância na natureza humana através dos tempos. Embora a história não esteja entre as ciências para o autor, estando no campo do particular, ela é ilustração para o presente, pois mostra onde a natureza pode nos levar, se não contida pela razão. Para um ambiente marcado pelo Renascimento e pela busca de sentido em obras antigas, citar a Antiguidade é penetrar num vocabulário que é conhecido e utilizado por seus prováveis leitores.

O recurso aos antigos ou à Bíblia para fortalecer os argumentos de Hobbes não é uma singularidade do *Behemoth*. Pelo contrário, o *Leviatã*, obra que dialoga indiretamente com o primeiro, está repleto de citações bíblicas ou de trechos de narrativas antigas. De uso comum em seu meio intelectual e político, elas têm como função referendar seus argumentos, fortalecendo-os para seus possíveis leitores. O filósofo, em seu texto, debate com clérigos, democratas, juristas e o povo em geral, talvez o alvo maior de seu livro, já que esse último era constantemente influenciado pela oratória dos anteriores.

uma nação inteira deve ler, em si mesmo, não este ou aquele indivíduo em particular, mas o gênero humano [...]" (HOBBES, *Leviatã*, Dedicatória, p. 28).

⁴ Na dedicatória do *Behemoth*, Hobbes afirma: "[...] Nada pode ser mais instrutivo e tendente à lealdade e à justiça do que a memória, enquanto durar, daquela guerra [...]" (HOBBES, *Behemoth*, Dedicatória, p. 23).

Nessa lógica, podemos entender que a referência aos antigos serve, para o filósofo - mas não só para ele - como inspiração, reflexão e ensino, da mesma forma como a Bíblia era fonte da verdade e eleita como manual que deveria justificar as ações dos ingleses no século XVII. A história era vista como ensino para a vida política, entretanto, para o pensador, era necessário uma forma correta de ler os autores antigos e a Bíblia.

Os exemplos retirados da Antiguidade não têm, portanto, uma função meramente estilística, mas são elementos centrais em sua argumentação. São partes constituintes da retórica, usados como elementos de persuasão, que fazem sentido para quem, como Hobbes, estava inserido em um ambiente que se entendia através do passado.

De acordo com Perelman e Olbrechts- Tyteca (2005, 402), o uso de exemplos tem a função de extrair da referência uma regra geral que serviria para outros momentos. Dessa forma, a utilização tem caráter representativo e sentido de fundamentação para uma regra que o orador – autor - utiliza. Como, para Hobbes, existe uma linha contínua entre os antigos e os contemporâneos, chamada de “natureza humana”, a Antiguidade tem a função de nos fornecer exemplos, passíveis de repetição e continuação na atualidade.

[...] Na argumentação pelo exemplo, o papel da linguagem é essencial. Quando dois fenômenos são subsumidos sob um mesmo conceito, a assimilação deles parece resultar da própria natureza das coisas, ao passo que a diferenciação deles parece necessitar de uma justificativa [...] (Perelman e Olbrechts- Tyteca, 2005, p. 406).

Por outro lado, a ilustração teria como principal objetivo referendar uma regra já conhecida. Diferente do exemplo, que trabalha no sentido de criar no leitor adesão a uma determinada crença, a ilustração só reafirma as já aceitas pelo ouvinte (leitor). Em muitos casos, segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 411), a ilustração fará compreender uma regra através da narração de um caso em que ela é incontestável. Pode ser o caso das parábolas que pretendem ilustrar determinada situação anteriormente citada ou já conhecida pelos ouvintes (leitores). Dessa forma, podemos afirmar que, para Hobbes, a história da guerra é ilustração para o *estado de natureza*. Por meio de sua narrativa, ele aumentaria a presença do último, fazendo-o lembrança permanente na mente de seus contemporâneos. Quando Hobbes no capítulo XIII do *Leviatã* descreve o *estado de natureza* afirma: “[...] é fácil conceber qual seria o gênero de vida em que os homens que anteriormente viveram sob

um governo pacífico costumam deixar-se cair numa guerra civil” (HOBBS, *Leviatã*, Cap. XIII, p. 110).

A utilização dos antigos como exemplo tem a função mostrar ao leitor qual seria a leitura correta das obras antigas. Se corretamente utilizados eles podiam até ser um bem para o estado. O filósofo remete-se à Antiguidade com a facilidade com que nós, na academia, costumamos citar autores que reafirmem nossa ideia ou argumentação. Se, para nós, é comum tal referência devido ao grupo intelectual e as leituras comuns que possuímos, é possível imaginar que para os possíveis leitores do filósofo tais utilizações fossem conhecidas, lidas e usadas por outros. Contudo, se as fontes são as mesmas, o uso que se faz delas é diferente e aqui se encontra o ponto em que se torna possível impactar o leitor, através do uso do que já é conhecido de um modo diferente do qual é concebido.

Aristóteles (*Retórica*, XX, 1393b, 1394a), por sua vez, coloca o exemplo, junto com o entimema, como provas na argumentação. Segundo ele, havia duas possibilidades de exemplos, falar sobre fatos anteriores ou sobre parábolas. Os exemplos, nessa linha, serviriam como advertências frente às decisões políticas tomadas. Os acontecimentos passados são, nessa linha, análogos ao presente e futuro e, por isso, servem de referência. Os exemplos históricos são constantes em Hobbes e servem para referendar seus argumentos ou alertar seus leitores. Partes constitutivas de sua construção argumentativa, os exemplos são presentes não só no *Behemoth*, mas em praticamente todas suas obras.

Hobbes ataca a permissividade que na Inglaterra havia em relação aos pregadores, que, através de seus sermões, incitavam no povo à revolta contra o rei. Segundo ele, em nenhum estado do mundo havia essa liberdade e ela era extremamente perigosa para a paz. Para o pensador, as leis da nação é que deveriam ser expostas ao público nas praças e igrejas, tal como havia feito Moisés, segundo a narrativa bíblica.

*Não me recordo de ter lido de algum reino ou Estado do mundo onde se desse liberdade a um particular para convocar o povo e dirigir-lhe discursos frequentes ou, de algum modo, sem inteirar o Estado previamente, exceto na cristandade. Creio que os reis pagãos anteviram que uns poucos oradores seriam capazes de fomentar uma grande rebelião. Moisés de fato mandou ler e expor, todos os sábados, as Escrituras nas sinagogas. Todavia, as Escrituras nada mais eram então que as leis da nação, conferidas ao povo pelo próprio Moisés [...] (HOBBS, *Behemoth*, Diálogo I, p. 48).*

No *Leviatã* o pensador usa argumento semelhante ao afirmar que toda lei estava em Moisés e que o povo lhe devia obediência absoluta (HOBBS, *Leviatã*, Capítulo XX, p.167). Em outras palavras, para aqueles cujo vocabulário era religioso, tornava-se eficaz mostrar que a Bíblia confirmara a tese pelo pensador defendida. Mesmo que Hobbes não concordasse com as teorias de direito divino, já que, segundo ele, os homens entravam em sociedade por um contrato, o pensador necessitava adaptar seu discurso ao público que desejava persuadir: monarquistas defensores do direito divino e parlamentaristas que, assim como os primeiros, seguiam pelo Livro Sagrado. Desta forma, o filósofo discute intensamente com aqueles que com ele compartilhavam seu momento e dividiam as preocupações a respeito das mudanças que ocorriam na Inglaterra. De acordo com Eunice Ostrensky, a figura de Moisés, colocada na citação acima, aparece também em outras narrativas que, assim como a de Hobbes, defendiam a autoridade do soberano. Carlos I, por exemplo, em vários momentos é comparado a Moisés⁵, tanto em sua relação com Deus – era um escolhido e designado para isso- como com os judeus.

*[...] os termos que caracterizam a monarquia são tomados às Escrituras. Assim, por exemplo, não raro Moisés serve de modelo ao rei inglês. Griffith Williams, bispo anglicano derrubado de seu cargo na Irlanda pelas tropas parlamentares, dedica boa parte de *Vindicae Regun or the Grand Rebellion (1643)* à interpretação dos atos de Carlos I segundo a relação de Moisés com Deus e com os judeus [...]* (OSTRENSKY, 2005, p. 49)

Moisés aparece no livro do Êxodo na Bíblia Sagrada. Nascido quando Israel estava escravo no Egito, ele seria usado por Deus para libertar o povo. Segundo relatam as Escrituras, o faraó teria dado uma ordem para assassinar todos os meninos que nascessem. Duas parteiras, contrariando a ordem, deixaram salvar Moisés. A mãe dele, temendo por sua vida, o colocou numa cesta de vime no rio Nilo. Uma princesa do Egito o encontra e o entrega à sua própria mãe – sem saber quem ela era - para que o amamente. Quarenta anos depois, Deus aparece a Moisés em forma de sarça ardente, para que ele liberte o povo do Egito. Moisés é, para os conhecedores do texto, exemplo de liderança, de libertação, de um mestre

⁵Se, de um lado, realistas comparavam Carlos I a Moisés, parlamentares comparavam-no a Roboão, o sucessor de Salomão. “[...] Henry Parker, principal propagandista do Parlamento, compara Carlos I ao rei Roboão, o sucessor de Salomão. Parker vale-se não apenas das menções bajuladoras ou sarcásticas a Jaime I como Salomão Britânico, como ainda da história do tirano Roboão (leia-se Carlos), que expusera seu reino à invasão (leia-se irlandeses) ao alhear-se das tribos do norte (os escoceses) e introduzir práticas religiosas pagãs – o catolicismo [...]” (OSTRENSKY, 2005, p. 49).

que guia o povo. Hobbes utiliza-se em sua argumentação de elementos que já era comum na fala dos realistas.

No capítulo XXIX do *Leviatã*, Hobbes enumera os males do estado, propagados por doutrinas sediciosas que colocavam o povo contra seu legítimo soberano. Das listadas pelo pensador, uma é a apontada como sendo a causa da rebelião, da dissolução do governo civil: a leitura dos antigos.

Quanto à rebelião contra a monarquia em particular, uma de suas causas mais frequentes é a leitura de livros de política e de história dos antigos gregos e romanos, da qual os jovens, e todos aqueles que são desprovidos do antídoto de uma sólida razão, recebendo uma impressão forte e agradável das grandes façanhas de guerra praticadas pelos condutores dos exércitos. [...] A partir da leitura, digo, de tais livros, os homens resolveram matar seus reis, porque os autores gregos e latinos, em seus livros e discursos de política, consideraram legítimo e louvável fazê-lo, desde que antes de matá-lo os chamassem de tirano [...] (HOBBS, *Leviatã*, Cap XXIX, p. 246 e 247) [grifos são meus].

Aparentemente a citação acima pode parecer paradoxal, já que o filósofo era um assíduo e dedicado leitor dos autores antigos. Sua formação foi baseada na leitura de textos em grego e latim e seus empregos foram típicos dos humanistas de sua época. Entretanto, por que via nessas mesmas leituras a raiz do mal que atingia a Inglaterra? Que força persuasiva teriam tais livros a ponto de destruir as balizes que fortificavam o Estado?

O uso dos antigos como exemplo transferido à Inglaterra era, para o pensador, a força que impulsionava os que se revoltavam contra a monarquia. Quarenta anos antes Hobbes havia traduzido Tucídides a fim de mostrar os males da democracia. A escolha não foi despropositada, ela indica a imersão do pensador em certo debate que tinha, nas leituras dos antigos, o eixo de inspiração. Percebendo o uso que seus inimigos discursivos faziam desses textos e autores, ele se apropriou deles de uma forma diversa, fortalecendo seus argumentos tendo por base elementos presentes nos textos daqueles que eram contrários às suas ideias.

Entretanto, se Hobbes podia ler tais livros e se utilizar deles, por que, para o Estado, eles representavam um mal? De acordo com o pensador, nem todo homem tem o “antídoto de uma sólida razão”, capaz de, mesmo lendo os autores antigos, não ser contaminado por eles. A razão não nasce com o homem, mas é adquirida por meio de uma correta apropriação da verdadeira ciência civil. Sendo a leitura desses textos o veneno da paz, era necessário o antídoto, ou seja, o ensino sobre as leis civis, que constituem o Estado.

No *Behemoth*, o pensador chega a enumerar autores antigos que eram a “raiz” do mal, propagadores de doutrinas sediciosas que levavam o estado à anarquia. Um leitor de tais obras jamais seria um bom súdito, a menos que fosse um dos poucos preparados para isso, possuir de uma “sólida razão”.

*[...] como pode ser bom súdito da monarquia aquele cujos princípios são extraídos dos inimigos dela, tais como Cícero, Sêneca, Catão e outros políticos de Roma, além de Aristóteles de Atenas, que o mais das vezes falam dos reis unicamente como lobos e outros animais de rapina? Talvez penseis que, para conhecer a obrigação que deve ao governante e o direito que tem ele a lhe dar ordens, um homem não necessite de outra coisa além de um bom senso natural; mas não é assim. Pois necessita de uma ciência construída sobre princípios certos e claros, que seja aprendida depois de profundo e cuidadoso estudo, ou por intermédio de mestres que a tenham estudado profundamente [...](HOBBS, *Behemoth*, Diálogo IV, p. 214) [grifos são meus].*

Dos enumerados acima o que mais preocupa Hobbes é Aristóteles, pois ele tornou-se, segundo sua visão, a base estrutural através da qual as doutrinas sediciosas eram ensinadas nas universidades e posteriormente, pregadas ao povo. Entretanto, Cícero, por exemplo, também era um inimigo na medida em que menosprezava a monarquia em nome da república⁶.

Mas, na monarquia, a generalidade dos cidadãos toma pouca parte do direito comum e nos negócios públicos [...] Por mais que Ciro, o Persa tenha sido o melhor e o mais virtuoso dos reis, não me parece o ideal do governo, porque tal é minha opinião acerca da coisa pública quando a rege um só homem [...] (CÍCERO, *Da República*, Livro I, XXVI e XXVII).

Na visão de Hobbes, os autores antigos exerciam sobre os leitores despreparados uma espécie de encantamento, já que esses, nas palavras do pensador, “apaixonavam-se por suas formas de governo” e as queriam ver reproduzir na Inglaterra moderna. Além disso, apropriando-se da arte persuasiva que possuíam os antigos, ou seja, os que os liam exerciam sobre os demais influência suficiente para fazê-los agir como queriam. O veneno era passado dos leitores aos expectadores, como se fosse uma doença cuja cura só viria pelo ensino da verdadeira ciência.

⁶ Para Cícero o ideal de governo seria uma junção entre monarquia, aristocracia e democracia. “Quase sempre o pior governo resulta de uma confusão da aristocracia, da tirania facciosa do poder real e do popular, que às vezes faz sair desses elementos um Estado de espécie nova [...] Por minha parte, creio que a melhor forma de política é uma quarta constituição formada da mescla e reunião das três primeiras” (CÍCERO, *Da República*, Livro I, XXIX).

De acordo com Cícero e Aristóteles, para nos utilizarmos de alguns dos exemplos citados pelo pensador, os homens não haviam nascido para se sujeitarem, pelo contrário, como membros da polis e da república, deveriam agir politicamente discutindo cada decisão nos lugares públicos, não delegando a alguém o destino de sua cidade (OSTRENSKY, 2005, p. 218). Tal interpretação dos autores é o paradoxo do que Hobbes entende como o norteador da paz no Estado moderno: a obediência civil.

Como os homens são movidos por suas paixões, sendo uma das principais a busca por honra, tais leituras os faziam verem-se como melhores dos que aqueles que aconselhavam o rei ou dos que detinham cargos na monarquia. Da mesma forma que os presbiterianos traziam suas doutrinas, aprendidas na universidade, para o púlpito, os parlamentares levavam suas leituras sediciosas para as disputas e debates realizados no Parlamento.

Entretanto, se, inimigos da paz, não basta somente alertar seus leitores para que não lessem tais obras a fim de não serem “contaminados” pelo veneno. Assim como ocorre pela leitura da Bíblia, disseminada pela Reforma, tal alerta cairia no vazio. A estratégia de Hobbes é diversa e corresponde às formas persuasivas por ele escolhidas. Dessa forma, ele penetra no vocabulário de seus oponentes discursivos os usando para obter determinados fins. É o caso da palavra “sedutor”. De acordo com Patrícia Nakayama a palavra seduzir carrega certo sentido latino que se perde na tradução:

*Seduzir. Hobbes não poderia ter empregado outro verbo para melhor condução das paixões. Do latim **seducere**, é composto de **se**, que designa afastamento, separação e **ducere**, levar, guiar, conduzir. Quando o sedutor não é o soberano, aciona-se a facção numa república, dissolvendo a unidade. O sedutor move o seduzido para o lado que lhe convém, como o retor move os ânimos, as paixões (NAKAYAMA, 2009, p. 34) [destaques no original].*

Segundo Eunice Ostrensky (2005), uma das formas que os parlamentaristas encontraram para desconstruir a imagem do rei era afirmar que ele estava “seduzido” pelos papistas e maus conselheiros, separando, assim, as duas imagens do rei (a do soberano e a do homem) e permitindo sua posterior deposição. Hobbes, entretanto, se utiliza da mesma palavra de uma forma diversa, descrevendo aqueles que seriam os “sedutores” do povo, ou seja, que faziam o último se voltar contra seu legítimo soberano. Quando enumera os sedutores, o filósofo põe em quarto lugar os leitores e admiradores dos antigos.

Quarto, havia um número excessivamente grande de homens de melhor espécie, educados de tal modo que, tendo lido em sua juventude os livros de homens célebres

*das antigas repúblicas gregas e romanas acerca da política e de seus feitos – livros nos quais o governo popular era enaltecido pelo glorioso nome de liberdade, e a monarquia desgraçada pelo nome de tirania-, apaixonavam-se por suas formas de governo. Dentre esses homens se escolhia a maior parte da Câmara dos Comuns, ou, se nela não formavam maioria, com a vantagem da eloquência todavia sempre conseguiam exercer influência sobre os demais (HOBBS, *Behemoth*, Diálogo I, p. 33) [grifos são meus].*

Os leitores dos autores antigos tornavam-se, portanto, portadores de tal eloquência e força persuasiva que nada poderia detê-los. Ouvintes e oradores se deleitavam nas possibilidades de mudança no governo sem refletirem sobre as consequências de seus maus atos (OSTRENSKY, 2005, p. 212). Os que falavam transformavam o sentido das palavras, mudando a visão de bom em mau e vice versa. Entretanto, como vimos, não só os ouvintes eram vítimas do “encantamento”, os leitores também, podiam não saber, mas estavam igualmente iludidos.

[...] o orador inglês persuade (ou seduz) porque ele mesmo está persuadido (ou seduzido). Deseja ver por todos aceita como verdade sua crença na superioridade dos antigos Estados populares sobre a monarquia e na importância de se deliberar coletivamente sobre os assuntos relativos ao Estado. Por meio de discursos proferidos a uma assembleia ou a um grupo de eleitores, enaltece as vantagens do Parlamento e os convence de que homens livres devem governar-se a si mesmos, e não se sujeitar ao mando de um rei, que consideram tirânico. Cuida-se de um rebelde letrado [...] Toda a incerteza dos tempos, a iminência da guerra civil e o conflito insolúvel com o soberano parecem derivar inteiramente desse conhecimento equivocado e pernicioso (OSTRENSKY, 2005, p. 214)[grifos são meus].

Tomados pelo “veneno” dessas leituras e sua capacidade de persuasão, tornavam-se infindáveis as arengas do Parlamento. Sem uma ciência do justo e injusto e do certo e errado, também eram intermináveis as discussões sobre o bem do Estado. No entanto, Hobbes não deseja somente entrar na disputa e combater com seus opositores, seu objetivo é “ensinar a verdade”, por meio da demonstração evidente, modelo da geometria. Era necessário, portanto, através da ciência civil, demonstrar o que era a natureza humana e do que era capaz se não controlada.

Se as paixões humanas, como vimos, estiveram presentes já na Antiguidade, ocasionando as guerras e dissoluções, torna-se útil para o governo apresentar a relação entre passado e presente, por meio da imutabilidade da natureza humana. O ensino correto sobre o passado era benéfico para o corpo político, enquanto o errado é veneno. A história mostrava o que a ciência civil demonstrava, através do método geométrico.

O uso da Antiguidade para Hobbes tinha, portanto, dois lados opostos. De um lado, como no caso da guerra relatada por Tucídides, podia ensinar, alertar e fazer o homem obedecer ao soberano; por outro lado, podia iludir, convencer e destruir o Estado constituído. A solução para isso é a ciência civil, somente através dela se poderia manter a paz. Sem falsa modéstia, Hobbes se vê como o autor dessa ciência civil. Nessa lógica, relatar a história da guerra, utilizando-se de exemplos antigos, é mostrar a imutável natureza humana, a base permanente na mutabilidade histórica.

Bibliografia citada:

ABRÃO, Baby. Vida e Obra de Aristóteles. In: ARISTÓTELES. **Organon, Política, Constituição de Atenas**. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Editora Nova Cultural, 2000.

ARISTÓTELES. **Poética, Organon, Política, Constituição de Atenas**. Coleção Os

CÍCERO. A origem da História, as leis da história e a eloquência do fórum. In: HARTOG, François. **A história de Homero a Santo Agostinho**. Tradução de Jacynto Lins Brandão. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

_____. A história do meu consulado. In: HARTOG, François. **A história de Homero a Santo Agostinho**. Tradução de Jacynto Lins Brandão. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

_____. Do orador. In: HARTOG, François. **A história de Homero a Santo Agostinho**. Tradução de Jacynto Lins Brandão. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

_____. *Ad Familiares*, In: HARTOG, François. **A história de Homero a Santo Agostinho**. Tradução de Jacynto Lins Brandão. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

COLODRERO, Andrés Jiménez. Estudio Preliminar. HOBBS, Thomas. **Discursos Histórico-Políticos**. Buenos Aires, Corla, 2006.

GREENE, David. Introduction. In: THUCYDIDES. **The Peloponnesian War**. Traducing of Thomas Hobbes. Chicago: The University of Chicago Press, 1989.

HOBBS, Thomas. **Behemoth ou o Longo Parlamento**. Tradução de Eunice Ostrensky. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

_____. **Behemoth; or the Long Parliament**. Edição: Ferdinand Tönnies. Chicago: University of Chicago Press, 1990.

_____. **Diálogo entre um filósofo e um jurista**. Tradução de Maria Cristina Guimarães. São Paulo: Landy Editora, 2004.

_____. **Leviatã ou Matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil.** Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. Edição: Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

_____. Vida de Thomas Hobbes de Malmesbury escrita em verso por el autor. Rodilla, Miguel Ángel (org). **Vida de Thomas Hobbes de Malmesbury escrita em verso por el autor.** Madrid: Editorial Tecnos S. A., 1992.

_____. Sobre el comienzo de los Anales, de Tácito. In: HOBBS, Thomas. **Discursos Histórico-Políticos.** Buenos Aires, Corla, 2006.

MURARI PIRES, Francisco Murari. **Modernidades Tucideanas.** São Paulo: EDUSP, 2007.

NAKAYAMA, Patricia. **A arte retórica de Thomas Hobbes** (tradução e comentário). 2009. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Faculdade de Filosofia e Ciências

PERELMAN, Chaïm e OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado de Argumentação: a nova retórica.** São Paulo: Martins Fontes, 2005.

OSTRENSKY, Eunice. Advertência ao leitor. In: HOBBS, Thomas. **Behemoth ou o Longo Parlamento.** Tradução de Eunice Ostrensky. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

_____. **Revoluções no Poder.** São Paulo: Alameda, 2005.

TAYLOR, A. E. **Thomas Hobbes.** London: Archibald Constable & Co Ltd, 1997.

TÖNNIES, Fernando. **Thomas Hobbes.** Madrid: Revista de Occidente, 1932.

_____. Prefácio. In: HOBBS, Thomas. **Behemoth ou o Longo Parlamento.** Tradução de Eunice Ostrensky. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

THUCYDIDES. **The Peloponnesian War.** The Complete Hobbes Translation. Chicago: The University of Chicago Press, 1989.

TUCIDIDES. **História da Guerra do Peloponeso.** Tradução de Mário Gama Cury. Brasília: Editora Universalidade de Brasília, 2001.